



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Clipping – Cuiabá/MT, 09 de julho de 2010.

08/07/2010 - 12:36

Conselho rebate Bezerra e nega votação de R\$ 10 milhões

De Sinop - Alexandre Alves

O Conselho Estadual de Saúde negou, em ofício enviado ao **Olhar Direto**, que tenha votado a liberação de R\$ 10 milhões para o Hospital Municipal de Sinop, conforme **afirmou**, a este site, em 8 de junho, o deputado federal Carlos Bezerra (PMDB). De acordo com o secretário geral do conselho, Ivan Utsch Seba, nem o pleno, nem a secretaria geral tinham conhecimento da informação do deputado.

Ainda, conforme Ivan, as pautas das reuniões ordinárias do conselho são encaminhadas aos conselheiros com dez dias de antecedência. No mês de junho, a ordinária foi no dia dois. Argumenta também, que nem na reunião extraordinária do órgão deliberativo, feita dia nove, tal votação fora feita.

O deputado havia afirmado à reportagem que para a verba do Ministério da Saúde ser liberada à Prefeitura de Sinop, faltava apenas a análise e aprovação do conselho estadual. Afirmou o deputado, que foi o principal interlocutor do prefeito Juarez Costa (PMDB) junto ao ministro José Gomes Temporão, para que a verba fosse garantida, que havendo a aprovação do conselho os recursos já poderão ser usados pela prefeitura.

O prefeito aguarda o montante para licitar e comprar os equipamentos e colocar a unidade em funcionamento. O prédio do hospital começou a ser construído em 2002 e entregue em dezembro de 2008, possui aproximadamente 100 leitos, UTI adulto e neonatal, salas para instalação de centro cirúrgico e demais instalações necessárias para funcionamento do hospital.

A expectativa da administração municipal era que a licitação dos aparelhos fosse feita antes de começar o processo eleitoral e o hospital estivesse funcionando até o final do ano. Contudo, até o momento não houve a disponibilização dos recursos do governo federal e, como já teve início o processo eleitoral, que veda a transferência de recursos entre os entes federados, o recurso não vai sair antes do final de 2010.



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Bezerra e Juarez afirmam que, junto com os recursos para equipamentos, conseguiram da União a garantia de R\$ 250 mil mensais para ajudar no custeio do hospital. O prefeito de Sinop pretende tornar o hospital em referência regional por meio de um consórcio com municípios da região. O restante do custo operacional seria dividido entre os municípios consorciados.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Conselho rebate Bezerra e nega votacao de R 10 milhoes&edt=25&id=114378](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Conselho_rebate_Bezerra_e_nega_votacao_de_R_10_milhoes&edt=25&id=114378)

08/07/2010 - 16:14

Morador vai responder criminalmente por deixar de cumprir notificação referente ao combate à dengue

Da assessoria - MP

Um morador do município de Alta Araguaia que, embora tenha sido notificado a promover a limpeza de seu terreno para evitar a proliferação do mosquito da dengue, deixou de cumprir a determinação, foi denunciado pelo Ministério Público Estadual por ter exposto em risco a vida ou a saúde de outras pessoas. O crime está previsto no artigo 132 do Código Penal e a pena estabelecida varia de três meses a um ano de detenção.

De acordo com o promotor de Justiça Criminal que atua na cidade, Márcio Florestan Berestinas, o Ministério Público vem desenvolvendo, junto com o poder público municipal, várias ações com intuito de orientar a população e evitar medidas extremas. "A Promotoria de Justiça tem se empenhado para evitar esse tipo de medida, mas, infelizmente, ainda existem algumas pessoas que oferecem resistência a contribuir para evitar a proliferação do mosquito. Nesses casos, não nos restou outra alternativa a não ser oferecer a denúncia criminal", afirmou o promotor de Justiça.

Segundo ele, de 100 notificações que já foram expedidas pela Secretaria Municipal de Saúde, 10 não foram cumpridas. Em todos esses locais os agentes de saúde constataram a existência de focos do mosquito da dengue. "Todos os moradores foram informados do risco que corriam, tiveram prazo para atender as exigências, mas alguns, infelizmente, mesmo depois de serem orientados, preferiram ignorar a situação.

Ele explicou que, após verificar o descumprimento da notificação, a Secretaria Municipal de Saúde encaminhou os registros ao Ministério Público que, imediatamente,



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

requereu à autoridade policial a instauração de termo circunstanciado para a apuração do fato delituoso. “Esse trabalho resultou na elucidação da autoria e da materialidade da infração penal em questão”, esclareceu.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Morador vai responder criminalmente por deixar de cumprir notificacao referente ao combate a dengue&edt=25&id=114502](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Morador+vai+responder+criminalmente+por+deixar+de+cumprir+notificacao+referente+ao+combate+a+dengue&edt=25&id=114502)

Notícias / **Cidades**

08/07/2010 - 17:14

CES realiza seletivo para cargos da Secretaria Geral e Ouvidoria Geral

Da assessoria

O Conselho Estadual de Saúde por meio da Comissão Permanente Eleitoral e Ética promove processo seletivo para escolha dos titulares dos cargos da Secretaria Geral e Ouvidoria Geral deste colegiado. O Edital de Seleção foi publicado no Diário Oficial do Estado no dia 16 de junho e os interessados devem entregar os currículos até as 18hs do dia 12 de julho no Conselho Estadual de Saúde sito no Centro Político e Administrativo, Bloco 5 – CPA – Ed. Sede da Secretaria Estadual de Saúde – CEP:78.050-970 – Cuiabá/MT.

Os candidatos ao cargo da Secretaria Geral do CES/MT devem ser técnicos com nível superior de carreira da Administração Direta, Indireta e Fundacional das instituições participantes do SUS, já para o cargo da Ouvidoria Geral o profissional deve ser sanitarista de carreira da Administração Direta, Indireta e Funcional das instituições participantes do SUS. Os profissionais selecionados irão desempenhar função de assessoramento, com jornada de 40 (quarenta) horas semanais e remuneração compatível com o DGA-6.

A Comissão Permanente Eleitoral e Ética do CES/MT vai receber e avaliar os currículos dos interessados aos cargos e posteriormente a eleição dos aptos será feita no Pleno do Conselho, em Reunião Extraordinária agendada para o dia 14 de julho, conforme Resolução do CES/MT nº 019/2010.



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

No envelope contendo o currículo deve constar o Cargo ao qual deseja concorrer. Confira o Edital de Seleção na íntegra. Outras informações podem ser obtidas pelo fone (65) 3613-5341/ 5342.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=CES realiza seletivo para cargos da Secretaria Geral e Ouvidoria Geral&edt=25&id=114530](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=CES_realiza_seletivo_para_cargos_da_Secretaria_Geral_e_Ouvidoria_Geral&edt=25&id=114530)

Notícias / **Cidades**

09/07/2010 - 09:44

Greve dos cirurgiões dentistas chega ao fim em Cuiabá

Da Redação - AM

Depois de cinco meses de paralisação, o secretário Municipal de Saúde, Maurélio Ribeiro, e o presidente dos Cirurgiões Dentistas (Sinodonto), Gustavo Oliveira, assinaram um termo de acordo que coloca fim a greve dos dentistas.

Após muitas reuniões e discussões, o secretário prometeu o encaminhamento imediato do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) para aprovação do pleno da Câmara de Vereadores, em medida de urgência, para em seguida ser sancionado pelo prefeito Chico Galindo.

“Foram meses de diálogo e estudo dos técnicos da Saúde em cima do PCCV. Enfim, chegamos a um acordo e quem ganha é a cidade com a valorização da classe”, disse satisfeito, o secretário Maurélio.

Ao final da reunião, o presidente do Sinodonto acrescentou que as negociações foram desgastantes para ambas as partes, porém, daqui por diante a parceria entre as instituições se fortalece. “Demos um grande passo. O secretário teve coerência em colocar dentro da legalidade administrativa as nossas reivindicações. E como sempre, a nossa luta em prol da categoria trará benefícios para os colegas”, observou Gustavo Oliveira.

A Saúde no município de Cuiabá conta com 228 cirurgiões dentistas, sendo 140 contratados temporários e o restante efetivo. O piso salarial da classe era de R\$ 840, após as negociações o salário base passa a ser de R\$ 1.350 a partir deste ano, e nos anos subsequentes de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015 o aumento deve ser de forma gradativa, com projeções salariais para 2015 que se equiparam ao salário base de R\$ 3 mil reais,



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

mais o incremento adicional por tempo de serviço e titulação de classificação. Participaram da reunião o diretor de Recursos Humanos da Saúde, José Eugenio Jacob, o assessor institucional da Saúde, Jorge de Figueiredo, o assessor Jurídico da Saúde, Edson Pupim e membros do Sinodonto.

As informações são da assessoria.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Greve dos cirurgioes dentistas chega ao fim em Cuiaba&edt=25&id=114481](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Greve%20dos%20cirurgioes%20dentistas%20chega%20ao%20fim%20em%20Cuiaba&edt=25&id=114481)

Servidores em desvio de função

Centenas de servidores do Estado desfalcam os quadros da estrutura do governo para, em desvio de função, atuarem em outros órgãos e esferas de poder. Somente na Prefeitura de Poconé estão atuando, por exemplo, 20 pessoas que são efetivas no Estado. O governador Silval e os secretários Bruno Sá Freitas (Administração) e Augusto Carlos (Saúde) assinou os pedidos de prorrogação de cessão para os servidores continuarem até dezembro deste ano à disposição do município de Poconé, a maioria na área da saúde.

<http://www.rdnews.com.br/curtinha/900>

[CUIABÁ](#) | 09/07/2010 - 09:44

[Proposta deve ficar para depois do recesso; dentistas em greve](#)

Joelma Pontes





CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Os dentistas que atendem na rede municipal de Cuiabá anunciaram que só voltarão ao trabalho após sancionado o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) da categoria. Gustavo Oliveira, presidente do Sindicato dos Cirurgiões Dentistas (Sinodonto-MT), explica que os profissionais estão aguardando o documento ser publicado na Gazeta Municipal. Conforme a proposta, a prefeitura terá que equipar as 10 clínicas de atendimento odontológico, caso contrário a greve vai continuar. Só na Capital são 135 dentistas estatutários e 145 por meio de contratos precários. “Se estamos em greve até hoje é por pura inércia da Prefeitura. O senhor Wilson Santos (ex-prefeito e candidato a governador) no início da sua gestão menosprezou à categoria. Não precisava de tantos desgastes”, argumentou.

Em 18 de janeiro deste ano, a categoria decidiu cruzar os braços até que as exigências dos profissionais fossem atendidas. À época, eles cobraram o complemento salarial no valor de R\$ 500 referente ao prêmio de produtividade, apontado no PCCV da categoria. Somados ao salário-base equivalente a R\$ 842, o valor chega a R\$ 1,5 mil. A questão já foi acertada entre o sindicato e a prefeitura, porém, eles ainda exigem que as policlínicas sejam adequadas às condições de trabalho. “Cabe agora à prefeitura correr com a papelada. A pressa não é nossa. Nós estamos disposto a trabalhar. Aliás, o PCCV deveria ter sido votado há 3 meses”, disse.

A prefeitura, que não pode sancionar o PCCV antes de ser aprovado pela Câmara, vai ter que aguardar o parecer dos vereadores para que a proposta tenha validade. O presidente do Legislativo municipal, Deucimar Silva (PP), informou que até o momento o documento não foi entregue. Segundo ele, já que a proposta tem caráter de urgência, deve chegar ainda nesta sexta (9).

O progressista adiantou que o projeto será analisado pela equipe jurídica da Câmara para não incorrer no mesmo erro, quando foi aprovado o acréscimo salarial dos servidores, esquecendo dos idosos – o que já foi corrigido com data retroativa. “Não é bem assim, a prefeitura manda o document, que vai ao plenário. O PCCV precisa ser analisado com cautela, para não ter problemas futuros com a categoria”, informou.

Ao que tudo indica, a população só será atendida após o recesso da Câmara, previsto para terminar em 2 de agosto. Enquanto isso, a população terá que aguardar atendimento. Deucimar ainda ressaltou que outros projetos serão apreciados e que o PCCV terá que entrar na fila. “Quero deixar bem claro que não queremos prejudicar a categoria, tão pouco a população, mas também temos outros projetos importantes. Mas, se o documento chegar em tempo, com certeza será votado o mais rápido possível”, ponderou.

<http://www.rdnews.com.br/noticia/proposta-deve-ficar-para-depois-do-recesso-dentistas-em-greve>

09/07/2010 - 09h14

Sociedade Mato-grossense de Ginecologia propõe parceria com Cuiabá



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Redação 24 Horas News

A secretaria Municipal de Saúde (SMS) recebeu o representante da Sociedade Matogrossense de Ginecologia, o médico Ângelo Barrionuevo Junior, que encaminhou uma proposta de unir os serviços e, em parceria com a secretaria, realizar trabalhos direcionados à saúde da mulher nas regiões mais carentes do município.

Segundo o médico ginecologista, a idéia é de realizar mutirões oferecendo os preventivos básicos, como avaliação de mama para identificar possíveis casos de tumores, os serviços de orientação de pré-natal e palestras de orientação sexual, higiene e cuidados.

“Estamos propondo essa parceria com a secretaria para realizar esse trabalho de conscientização da sociedade, e de prevenção de doenças futuras por falta de conhecimento da paciente. A procura pela ginecologia ainda encontra muita restrição e preconceito por parte de muitos”, explicou Ângelo.

O Secretário Municipal de Saúde, Maurélio Ribeiro, já se colocou a disposição da Sociedade, e agendou uma reunião para a próxima semana a fim de debater a proposta. “Toda a ajuda é bem vinda e essencial para o bom funcionamento da saúde. Esse tipo de integração de profissional, poder público e sociedade é extremamente importante. Vamos estudar e ver qual a melhor forma de atender esses profissionais e utilizar da melhor forma possível esses serviços oferecidos”, falou Maurélio. “Temos tudo para bater martelo” comemorou o secretário.

<http://www.24horasnews.com.br/index.php?mat=334444>

09/07/2010 - 09h03

Ministério atrasa liberação de verba para Hospital de Sinop

Só Notícias

O prefeito Juarez Costa (PMDB) acredita que, na próxima semana, o Ministério da Saúde libere a primeira parcela dos R\$ 10 milhões prometidos para aquisição de equipamentos e colocar o Hospital Municipal em funcionamento. Segundo Juarez, não há nenhum tipo de pendência da prefeitura e depende apenas do ministério depositar o dinheiro na conta do município.

A verba foi prometida pelo ministro José Gomes Temporão, em uma reunião com Juarez, realizada na primeira quinzena de abril, com promessa de sair em maio. Mas, até agora, nada. Conforme Só Notícias já informou, o prefeito expôs ao ministro que o hospital deveria



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

ser regionalizado, com a participação em custeio e manutenção entre municípios, governos estadual e federal.

Para conseguir convencer Temporão, Juarez argumentou que a região de Sinop tem cerca de 800 mil habitantes, sendo 115 mil apenas em Sinop, sem contabilizar os municípios na divisa com o Pará. O hospital tem cerca de 80 leitos sendo 10 para UTI (Unidade de Terapia Intensiva) infantil e outros 10 para UTI adulto.

Uma comissão do Ministério da Saúde atestou que o hospital está pronto desde dezembro de 2008. Mas falta comprar o centro cirurgico, equipamentos de laboratório e materiais diversos, além de contratação de profissionais para a unidade entrar em funcionamento. O prazo fixado pelo judiciário para a prefeitura abrir o hospital termina em dezembro.

<http://www.24horasnews.com.br/index.php?mat=334443>

09/07/2010 - 09h50

Governo antecipa o período proibitivo de queimadas em Mato Grosso

Redação 24 Horas News

Começou nesta sexta-feira o período proibitivo de queimadas em Mato Grosso. O Decreto 2673 -10 publicado na edição desta sexta-feira (09.07) do Diário Oficial do Estado, foi assinado pelo governador Silval Barbosa, pelo secretário-chefe da Casa Civil, Éder de Moraes Dias e pelo secretário de Meio Ambiente, Alexander Torres Maia.

O secretário Alexander Maia explicou que a antecipação do período proibitivo tem por objetivo coibir incêndios florestais no período (de julho a setembro), onde as condições climáticas são extremamente desfavoráveis na região Centro Oeste.

A antecipação do período proibitivo foi solicitada pelo secretário de Meio Ambiente e apoiada pelo Comitê Estadual de Gestão do Fogo em razão do agravamento das previsões climáticas para Mato Grosso como o forte calor e baixa ocorrência de chuvas.

Segundo as previsões do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (CPTEC/INPE), do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) e Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), no período iniciado em junho até setembro, em especial em Mato Grosso, deverá ocorrer um predomínio de ar seco e umidade relativa do ar abaixo dos 30%, constituindo fatores que aumentam o risco de fogo no estado.

O Decreto que dispõe sobre a antecipação do período de restrição do uso do fogo para limpeza e manejo de áreas – em conformidade com o art. 10, § 3º da lei Complementar nº 223, de 2005 -, atende ao princípio da precaução e, está de acordo com as ações previstas no Plano de Ações para Prevenção às Queimadas e Combate aos Incêndios Florestais do governo do estado para este ano.



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Este ano já foram registrados no Estado pelo menos quatro grandes incêndios: um no morro Quebra-Gamela, em Chapada dos Guimarães, outros dois na região de Nobres e o último foi esta semana, no Monumento Natural Morro de Santo Antônio do Leverger, localizado no município de Santo Antônio do Leverger.

O fogo na unidade de conservação, que possui uma área de 258 hectares, começou na manhã da última quarta-feira (07.07) e foi controlado na tarde desta quinta-feira (08.07), segundo informações da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros, que continuam o trabalho de monitoramento na área.

Segundo dados registrados pelos satélites do Inpe, dos 1.501 focos de queimadas observados no Brasil (nesta sexta-feira) 413 são em Mato Grosso. Desse total, 46 foram registrados em Tabaporã; 40 em Porto dos Gaúchos; 34 em Santa Carmem; 27 em Tapurah; 21 em Tangará da Serra; 18 em Campinápolis; 17 em Paranatinga; 17 em Nova Mutum; 17 em Jaciara e 11 em Nova Maringá.

Durante o período de proibição das queimadas no Estado quem for pego ateando fogo pode receber multa que varia de acordo com a área atingida - de mil reais por hectare nas áreas abertas a 1,5 mil reais por hectare nas áreas de floresta -, além de correr o risco de ser detido e responder por crime ambiental. Nesses casos a detenção pode chegar a quatro anos, conforme estabelecido na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

As informações são da Secretaria de Comunicação Social.

<http://www.24horasnews.com.br/index.php?mat=334457>

Tome Nota

Da Redação

Idosos - A Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso faz um alerta e convoca a população idosa maior de 60 anos a procurar até hoje os Postos de Saúde e Unidades Básicas de Saúde, distribuídos nos 141 municípios mato-grossenses para se vacinar contra a gripe comum. A vacina é um dos meios de prevenir a doença e suas complicações.

Crianças - Hoje é o último dia para que as crianças de 0 a menores de 5 anos tomem a primeira dose da vacina contra paralisia infantil. A dose está disponíveis em todos postos de saúde do Estado. A segunda etapa da Campanha de Vacinação contra a Poliomielite acontece no dia 14 de agosto de 2010.

<http://www.gazetadigital.com.br/>

SAÚDE

Deputado quer ampliar recursos

Da Redação



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

O deputado estadual Sérgio Ricardo (PR) apresentou emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2011 e ao Plano Plurianual (PPA) ampliando a aplicação mínima do Orçamento Geral do Estado (OGÉ) na área da saúde de 12% para 16%, a ser instituído a partir do ano que vem.

As emendas tiveram por base um estudo que levantou os recursos aplicados nos últimos anos e os valores necessários para a cobertura do déficit existente, inclusive as necessidades para o custeio futuro e investimentos para a implementação do Programa de Ação na Saúde (PAS), lançado pelo governador Silval Barbosa há menos de dois meses.

Os recursos para 2011 ficam na ordem de R\$ 868.776.612,34 distribuídos para as seguintes finalidades: Receita Inicial prevista pelo Estado (Fonte 130) R\$ 639.766,455,34, déficit estimado composto pela defasagem de folha salarial mais ações de saúde na ordem de R\$ 120.460.157,34 e o desenvolvimento do PAS que compreende a estimativa de recursos para o Programa Fila Zero, custeio do Hospital Metropolitano de Várzea Grande, do Hospital das Clínicas -que poderá ser transformado em um hospital neurológico ou no Hospital da Criança - e para a atualização das tabelas de medicamentos que fica em R\$ 108.550.000,00. O valor a ser suplementado para a área de saúde em 2011 é de 229.010.157,34, fechando-se assim um percentual de 16,30% do Orçamento do Estado que deve ser destinado ao setor no próximo ano.

"Percebe-se ainda que no atual percentual de 12% estabelecido constitucionalmente, a saúde tem englobado atividades que não são específicas, como saneamento -que apesar de ter caráter preventivo e ser de suma importância para redução dos gastos, não pode ser considerada como despesa na área. Isso tem sido contabilizado pela falta de regulamentação da Emenda Constitucional 29 que define as bases para o financiamento para a saúde no Brasil", explicou Sérgio Ricardo. *(Com Assessoria)*

<http://www.gazetadigital.com.br/>

SUS não pode pagar taxa de administração!?

O Tribunal de Contas da União, ao apreciar as contas do Município de Caicó-RN, em que, absurdamente, se pagou taxa de administração à UNIMED como prestadora de serviços sem que sequer constasse tal possibilidade no contrato deu o seguinte direcionamento, não de todo correto, na aplicação dos recursos do SUS:

“ ACÓRDÃO Nº 3131/2010 – TCU – 2ª Câmara

.....

9.10.3. na execução de contratos ou instrumentos similares, custeados no todo em parte com recursos repassados pela União, abstenha-se de pagar taxas de administração ou outros adicionais não previstos em cláusula contratual ou vedados pela Portaria Interministerial nº 127/2008, dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão; da Fazenda e do Controle e da Transparência;(...)”

A tempero da decisão tem que se dar nos seguintes aspectos:

- Os recursos transferidos fundo a fundo, com base na população e independentemente de produção para programas específicos como PACS e PSF, ao serem aplicados não tem que seguir totalmente as regras que o



Saúde em Foco



governo federal aplica para as suas entidades, como a referida portaria interministerial que se aplica aos órgãos federais.

- A taxa de administração pode ser paga em contrato, cuja finalidade é sempre o lucro, mas não pode, absolutamente ser cobrada em convênios ou instrumentos congêneres (termo de parceria com oscip, contrato de gestão com organizações sociais, etc), dada a natureza do acordo (finalidade de ação comum e não há interesses contrapostos).
- A taxa de administração no item anterior poderia até ser paga, desde que fosse aberta (mostrando detalhadamente onde os recursos foram usados - no objeto pactuado, evidenciando os reais custos administrativos como demonstra o parecer nos autos do Acórdão 440/2010/TCU - Primeira Câmara), e não fechada, sem justificar seu destino; e, neste caso, como se sabe, por ouvir dizer, que em um determinado município gerenciava o hospital municipal; e que a prestação de contas era efetuada com quilos de papel, mostrando todos os impostos e encargos pagos, mas tinha uma folha, uma só folhinha juntada na prestação de contas intitulada “taxa de administração”, com a módica quantia de R\$70.000,00.

Fonte: LEGISUS, 09/07/2010.

<http://www.legisus.com.br/novidades/exibir.php?codigo=2550>

TCU condena ex-secretário de saúde de município pernambucano que repassou medicamentos da assistência farmacêutica básica para hospital de sua família.

O Tribunal de Contas da União condenou o ex-secretário de saúde de Aquidabã-SE a devolver R\$ 18.000,00 ao fundo nacional de saúde, tendo em vista que durante a sua gestão foram repassados medicamentos da Secretaria de Saúde para o hospital de propriedade de sua família.

Ainda que se pese todo o trabalho realizado pelo profissional a favor daquela cidade, das ações arriscadas desenvolvidas pelos gestores da saúde para resolver o problema da população, muitas vezes utilizando de artimanhas para solucionar problemas graves do usuário do SUS, mas... retirar medicamentos do almoxarifado do Município como o fizera por diversas vezes referido profissional e repassar para o hospital de propriedade de sua família, segundo o TCU, é um amadorismo muito grande.

E, para piorar a situação do referido gestor, não se adotou sequer o cuidado de documentar o repasse da medicação, e que, em determinadas circunstâncias, poderia ser até cabível (único hospital do Município em uma situação de emergência), mas nem isso foi feito.

Além da devolução do valor mencionado o então gestor do Município está sendo



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

processado por improbidade administrativa ([clique aqui e leia](#)), e, certamente esses R\$ 18mil vão render muitos e muitos juros se houver condenação pela prática delituosa citada; além da pena já aplicada de ter que acompanhar referido processo desde 2003, gastos com advogados, etc.

Lembramos que tal decisão do TCU não tem fundamentação legal, isto é, devolver ao fundo nacional de saúde um dinheiro que pertence por direito ao fundo municipal de saúde (transferência fundo a fundo) é penalizar indevidamente à população.

Fonte: LEGISUS, 08/07/2010.

<http://www.legisus.com.br/novidades/exibir.php?codigo=2546>

Judiciário em São Paulo decide que Município deve qualificar o atendimento em hospital sob intervenção desde 1997.

MP obtém liminar para garantir melhor atendimento de saúde em Monte Mor

A Promotoria de Justiça da Cidadania de Monte Mor obteve, nesta terça-feira (6), liminar em ação civil pública obrigando a Prefeitura e a Associação Beneficente Sagrado Coração de Jesus a garantirem que o Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus possa prestar de forma adequada, segura, eficiente e satisfatória os serviços de saúde. Mantido pela Associação, o hospital está sob intervenção municipal desde 1997, recebendo, por isso, subvenções e repasses de verbas públicas.

Segundo a promotora de Justiça Fernanda Klinguelfus, a Divisão de Saúde da Vigilância Sanitária do Município fez oito visitas ao hospital entre 8 de março e 1º de junho deste ano e constatou diversas irregularidades, como falta de equipamentos, manutenção inadequada dos que existem, escassez de pessoal e de ambulâncias e ausência de comissões, entre as quais se destacam a de prevenção de acidentes e as de ética médica e de enfermagem.

Na liminar concedida, o juiz fixa prazo de 90 dias para a regularização da situação do hospital, com a correção das diversas irregularidades estruturais constatadas, contratação de mais profissionais, sobretudo médicos e enfermeiros, de modo a preencher o quadro de funcionários, a aquisição de equipamentos, com a implantação de setor de manutenção, e a disponibilização de ambulâncias em bom estado de conservação, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil.

Fonte: MP/SP, 07/07/2010 e LEGISUS.

<http://www.legisus.com.br/novidades/exibir.php?codigo=2545>

Utilização do PAB para despesas de média e alta complexidade, além da compra de



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

medicamentos sem licitação gera ação de improbidade e a possibilidade de sanções severas a ex-gestor Sergipano.

Ex-prefeito de Laranjeiras (SE) é processado por desvios de verbas da saúde

O ex-prefeito de Laranjeiras (SE) Paulo Hagenbeck, mais conhecido como Paulinho das Varzinhas, está sendo processado por má-utilização de recursos da assistência à saúde do município. Também respondem à ação de improbidade proposta pelo Ministério Público Federal (MPF/SE) a ex-secretária de Saúde Amair Hagenbeck Melo e o ex-secretário de Finanças Paulo Hagenbeck Filho.

De acordo com o procurador da República Silvio Amorim Junior, que assina a ação, as irregularidades foram constatadas através de auditoria do Departamento de Auditoria do SUS (Denasus) e os resultados, encaminhados ao MPF por meio de relatórios de técnicos.

De acordo com essas investigações, R\$ 64,8 mil foram retirados da conta específica do Piso de Atenção Básica (PAB) sem que houvesse comprovação de os valores foram utilizados em ações e serviços de saúde, como estava previsto. O PAB consiste em recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde destinados a investimentos em ações de assistência básica municipal.

A auditoria do Desasus constatou também que os recursos dos programas Saúde da Família (PSF), Saúde Bucal, Agente Comunitário de Saúde (ACS), Farmácia Básica e Vigilância Sanitária foram transferidos das contas originais para contas específicas do Banco de Sergipe (Banese). Entretanto, os órgãos de controle tiveram dificuldade para fiscalizar o destino de grande parte desses recursos.

Desvios - Foi constatado ainda a utilização indevida de R\$ 4.650 com recursos do PAB para a compra de pneus e serviços em veículos, organização de buffet e para o pagamento de diárias dos secretários que participaram de um congresso. Além disso, um veículo de R\$ 36,5 mil foi comprado também com recursos do PAB, sendo que essa verba saiu de uma conta aberta exclusivamente para o pagamento de agentes comunitários de saúde.

O relatório de fiscalização do Denasus mostra ainda que vários medicamentos em valores que ultrapassaram os R\$ 14 mil foram adquiridos sem a realização de licitação e sem os procedimentos necessários para a dispensa da mesma. Além dessas irregularidades, o relatório afirma que ainda não foi apresentado qualquer comprovante de recebimento dos medicamentos por parte dos pacientes.

Também de forma ilícita, recursos do PAB forma usados para cobrir despesas de média e alta complexidade, como a locação de imóvel para o Serviço de Atendimento Móvel de Saúde (Samu) e compra de diversos materiais.

Caso sejam condenados nesta ação de improbidade, os envolvidos podem ser obrigados a ressarcir o dano causado aos cofres públicos, pagar multa, perder a função pública,



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

ter os direitos políticos suspensos e ficarem proibidos de contratar com o Poder Público por até oito anos.

Fonte: MPF/SE, 07/07/2010 e LEGISUS.

<http://www.legisus.com.br/novidades/exibir.php?codigo=2547>

Política MT

08/07/2010 | 12h59m Conselho rebate deputado e nega votação de R\$ 10 milhões

O Conselho Estadual de Saúde negou, em ofício enviado ao *Olhar Direto*, que tenha votado a liberação de R\$ 10 milhões para o Hospital Municipal de Sinop, conforme afirmou, a este site, em 8 de junho, o deputado federal Carlos Bezerra (PMDB). De acordo com o secretário geral do conselho, Ivan Utsch Seba, nem o pleno, nem a secretaria geral tinham conhecimento da informação do deputado.

Ainda, conforme Ivan, as pautas das reuniões ordinárias do conselho são encaminhadas aos conselheiros com dez dias de antecedência. No mês de junho, a ordinária foi no dia dois. Argumenta também, que nem na reunião extraordinária do órgão deliberativo, feita dia nove, tal votação fora feita.

O deputado havia afirmado à reportagem que para a verba do Ministério da Saúde ser liberada à Prefeitura de Sinop, faltava apenas a análise e aprovação do conselho estadual. Afirmou o deputado, que foi o principal interlocutor do prefeito Juarez Costa (PMDB) junto ao ministro José Gomes Temporão, para que a verba fosse garantida, que havendo a aprovação do conselho os recursos já poderão ser usados pela prefeitura.

O prefeito aguarda o montante para licitar e comprar os equipamentos e colocar a unidade em funcionamento. O prédio do hospital começou a ser construído em 2002 e entregue em dezembro de 2008, possui aproximadamente 100 leitos, UTI adulto e neonatal, salas para instalação de centro cirúrgico e demais instalações necessárias para funcionamento do hospital.

A expectativa da administração municipal era que a licitação dos aparelhos fosse feita antes de começar o processo eleitoral e o hospital estivesse funcionando até o final do ano. Contudo, até o momento não houve a disponibilização dos recursos do governo federal e, como já teve início o processo eleitoral, que veda a transferência de recursos entre os entes federados, o recurso não vai sair antes do final de 2010.

Bezerra e Juarez afirmam que, junto com os recursos para equipamentos, conseguiram da União a garantia de R\$ 250 mil mensais para ajudar no custeio do hospital. O prefeito de Sinop pretende tornar o hospital em referência regional por meio de um consórcio com municípios da região. O restante do custo operacional seria dividido entre os municípios consorciados.



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Por: Alexandre Alves/de Sinop
Fonte: Olhar Direto

<http://www.reporternews.com.br/noticia/290486/Conselho-rebate-deputado-e-nega-vota%E7%E3o-de-R-10-milh%F5es>

Cidades/Geral

08/07/2010 | 21h52m Cresce número de indígenas que morreram por falta de assistência, diz Cimi



O número de indígenas que morreram por falta de assistência à saúde no ano passado chegou a 41, de acordo com um relatório do Cimi (Conselho Indigenista Missionário). Em 2008, uma quantidade menor de índios morreram pelo mesmo motivo (31).

O levantamento mostrou que a maioria dos óbitos por conta de falta de assistência ocorreu no município de Nova Xavantina (MT). De acordo com o Cimi, 22 integrantes do povo Xavante morreram em função de diversas falhas no atendimento, como falta medicamentos e materiais básicos.

A coordenadora do relatório produzido pelo conselho, a antropóloga Lúcia Helena Rangel, afirmou que as causas das mortes foram variadas _desde casos de hepatite com tratamento deficiente a idosos que não tiveram atendimento médico adequado.

"Em alguns locais, falta pessoal de saúde e até transporte para levá-los até a aldeia. Muitas vezes, não há os remédios necessários para tratar doenças relativamente simples", informou a antropóloga.

Em relação à violência, o conselho registrou 60 assassinatos de indígenas no ano passado, número idêntico ao de 2008. As mortes têm se concentrado em áreas de grande disputa por terras.

O Cimi retirou os dados para o relatório de jornais e da internet e checkou as informações posteriormente. Também foram verificados casos relatados por missionários do conselho.

Fonte: Folha Online



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

<http://www.reporternews.com.br/noticia/290576/Cresce-n%FAmero-de-ind%EDgenas-que-morreram-por-falta-de-assist%EAncia%2C-diz-Cimi->

08/07/2010 16:09

Conselho realiza processo seletivo para cargos de secretaria e ouvidoria

Da Reportagem

O Conselho Estadual de Saúde por meio da Comissão Permanente Eleitoral e Ética promove processo seletivo para escolha dos titulares dos cargos da Secretaria Geral e Ouvidoria Geral deste colegiado. O Edital de Seleção foi publicado no Diário Oficial do Estado no dia 16 de junho e os interessados devem entregar os currículos até as 18hs do dia 12 de julho no Conselho Estadual de Saúde sito no Centro Político e Administrativo, Bloco 5 – CPA – Ed. Sede da Secretaria Estadual de Saúde – CEP:78.050-970 – Cuiabá/MT.

Os candidatos ao cargo da Secretaria Geral do CES/MT devem ser técnicos com nível superior de carreira da Administração Direta, Indireta e Fundacional das instituições participantes do SUS, já para o cargo da Ouvidoria Geral o profissional deve ser sanitário de carreira da Administração Direta, Indireta e Funcional das instituições participantes do SUS. Os profissionais selecionados irão desempenhar função de assessoramento, com jornada de 40 (quarenta) horas semanais e remuneração compatível com o DGA-6.

A Comissão Permanente Eleitoral e Ética do CES/MT vai receber e avaliar os currículos dos interessados aos cargos e posteriormente a eleição dos aptos será feita no Pleno do Conselho, em Reunião Extraordinária agendada para o dia 14 de julho, conforme Resolução do CES/MT nº 019/2010.

No envelope contendo o currículo deve constar o Cargo ao qual deseja concorrer.

Outras informações podem ser obtidas pelo fone (65) 3613-5341/ 5342.

<http://www.diariodecuiaba.com.br>

07/07/2010 10:42

25 mil jovens correm risco de vida pelo uso de crack

O crack, droga formada pela mistura de bicarbonato de sódio e cocaína, ameaça a vida de 25 mil jovens brasileiros. A estimativa é do Ministério da Saúde e, segundo o coordenador de Saúde Mental, Álcool e Drogas do ministério, Pedro Delgado, a dependência coloca esses jovens no nível de marginalidade extrema. Ele falou sobre o problema no Seminário Internacional de Políticas sobre Drogas, na Câmara Federal.

Delgado disse ainda que faltam estudos de âmbito nacional sobre o tema, mas os dados do ministério mostram que existem padrões diferentes de uso das drogas, inclusive do crack. “Existem duas populações de consumidores de crack no Brasil. Uma que estimamos em 25 mil jovens que estejam em vulnerabilidade máxima e corram risco de vida e outra, em situação menos grave, com 600 mil pessoas que fazem uso frequente da droga”.

O coordenador do Ministério da Saúde também falou do problema da mortalidade de



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

adolescentes pelo uso de drogas, citando Maceió como a cidade com o maior registro de morte violenta de jovens. “Temos convicção de que isto tem a ver com a vulnerabilidade associada ao uso de drogas”, disse.

Em maio deste ano o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o decreto que cria o Plano Nacional de Combate ao Crack que destinou R\$ 90 milhões para o Ministério da Saúde, prioritariamente para a ampliação dos leitos em hospitais gerais. Mais R\$ 210 milhões de recursos novos do orçamento do ministério estão sendo utilizados para a ampliação de centros de Atendimento Psicossocial para dependentes químicos, que nas cidades com mais de 200 mil habitantes passarão a funcionar durante 24 horas.

Segundo o representante do Ministério da Saúde apesar da necessidade de ampliação do número de vagas em hospitais gerais, a internação não deve ser vista como a solução do problema. “Em situação de risco existe a opção da internação, mas ela não é a solução para o crack. Os casos mais graves acometem pessoas que passaram pela internação. Precisamos de ações intersetoriais para combater o problema”, disse.

O secretário nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), general Paulo Uchôa, disse que em agosto começam os cursos a distância para a formação de profissionais de diversas áreas para lidar com o problema do crack. Serão 80 mil vagas destinadas a religiosos, conselheiros de infância e adolescência, educadores e profissionais de saúde. “A ideia é fazer uma capacitação coletiva para que todos falem a mesma linguagem”, afirmou.

Uchôa falou também que uma pesquisa realizada pela Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz) mostrará o retrato da situação do crack no país, desde o consumo, o perfil do dependente até as consequências da droga sobre as famílias. Os primeiros dados da pesquisa devem ser apresentados em setembro.

“Com base nos dados revelados na pesquisa faremos um redirecionamento ou direcionamento das ações. Temos muitas informações sobre a cocaína, mas não temos dados aprofundados sobre o uso do crack”.

(Agência Brasil)

<http://www.diariodecuiaba.com.br/>

07/07/2010 15:35

Parceria permitiu a co-gestão no gerenciamento Urgência e Emergência do SUS

Da Reportagem

A Secretaria de Estado de Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá atuarão em co-gestão no gerenciamento da regulação dos serviços de Urgências e Emergência da rede SUS de Mato Grosso e credenciada, assegurando aos usuários do sistema tanto moradores da Capital quanto do interior do Estado, o acesso aos serviços de acordo com cada necessidade.

O secretário de Estado de Saúde, Augusto Amaral, disse que o Plano de Ação da Saúde (PAS da Saúde) dentro do programa Ampliação e Melhoria Qualitativa da Atenção Básica prevê, como uma das ações, a integração do Sistema Regulador e de Urgência e Emergência do Estado com a Capital, bem como a criação da Superintendência de Regulação o que já se tornou uma realidade.



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

“O Estado e o município de Cuiabá, no item integração do sistema regulador, assinaram portaria conjunta. A intenção dessa parceria é para melhorar a garantia aos usuários do interior do acesso aos serviços do Sistema existentes na Capital principalmente no que diz respeito a Média e Alta Complexidade e também atendendo a recomendação do Conselho Nacional de Justiça na adoção de medidas visando melhor subsidiar os magistrados e demais operadores do Direito para assegurar maior eficiência na solução das demandas judiciais envolvendo a assistência a saúde”, afirmou Augusto Amaral.

O secretário adjunto de Saúde, Vander Fernandes, disse que essa ação foi necessária visando fortalecer o Sistema e dar vazão a fila de espera e funcionará com competências e responsabilidades definidas em Portaria. Caberá à Secretaria de Estado de Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá a administração e gerenciamento conjunto na regulação da Urgência e Emergência do Sistema Único de Saúde levando em consideração a Programação Pactuada Integrada da Assistência em Saúde no âmbito Estadual, respeitando as macro-regionais e microrregionais, Protocolos Clínicos e serviços instalados tanto na Capital quanto no interior.

Vander Fernandes disse ainda que as equipes técnicas, tanto de Cuiabá quanto do Estado já estão trabalhando na Central Única da co-gestão e que está funcionando na Avenida da Prainha (antigo Detran). “O próximo passo do Complexo Regulador de co-gestão é nomear equipes multidisciplinares, que farão parte da Câmara Técnica e que funcionarão em regime permanente (24 horas), com a finalidade de dar suporte técnico, avaliar e subsidiar com informações as unidades do SUS, as prestadoras dos serviços de saúde do SUS, as Promotorias e Comarcas de Justiça para que o paciente seja encaminhado de acordo com sua necessidade e aonde possui o serviço instalado, o que nos permitirá agilidade, segurança e eficiência no atendimento”, disse Vander Fernandes.

Com referência a recomendação de Número 31, de 30 de março de 2010, do Conselho Nacional de Justiça, Vander Fernandes disse que a celebração dessa parceria cumpre essa recomendação onde a Justiça e o SUS se juntam na necessidade de se apoiarem mutuamente, resguardadas as devidas competências, no que cabe ao SUS dar apoio técnico no auxílio aos magistrados de acordo com as Normas e Diretrizes do SUS no acesso aos serviços e também nas normatizações da Anvisa sobre a dispensação de medicamentos, e justiça no cumprimento do seu papel constitucional.

“O diálogo e a troca de informações entre as partes, Justiça, Estado, Governo Federal e Municípios, possibilitam o conhecimento sobre as políticas públicas existentes no País e assegura a sustentabilidade e gerenciamento do SUS que tem orçamento finito constitucional. Sendo o resultado final garantir a saúde dos usuários e o acesso”, finalizou Vander Fernandes.

<http://www.diariodecuiaba.com.br/>

Inscrições abertas para o curso de promoção para gestores do SUS



A Universidade de Brasília, em parceria com o Ministério da Saúde, por intermédio do Centro de Educação a Distância (CEAD-UnB), abrem as inscrições para a 2ª Oferta do Curso de Extensão **Gestores do SUS em Promoção da Saúde**. O curso terá o total de 500 vagas para profissionais de nível superior que atuem na gestão e/ou coordenação de programa e/ou projetos de Promoção da Saúde nos estados e municípios que integram a Rede Nacional de Promoção do Ministério da Saúde.



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

O curso visa aprofundar a análise dos modos de produção de saúde e a ampliação das estratégias intersetoriais e participativas de gestão com foco no planejamento de ações de Promoção da Saúde.

O curso é composto por três módulos: Módulo I – Promoção da Saúde: o histórico do paradigma e a construção da proposta brasileira no SUS; Módulo II – Determinantes Sociais da Saúde e Promoção da Saúde: fundamentos e estratégia de gestão do processo de trabalho do SUS; Módulo III – Planejamento em Promoção da Saúde no SUS.

Período de inscrição: 30/06/2010 a 23/07/2010

Os interessados podem acessar o [site](#) do curso e efetuar a sua inscrição.

www.cead.unb.br/promocao

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Módulo I: Promoção da Saúde: o histórico do paradigma e a construção da proposta brasileira no SUS

- Histórico do Paradigma da Promoção da Saúde;
- Analisando a institucionalização da Promoção da Saúde no SUS.

Módulo II: Determinantes Sociais da Saúde e Promoção da Saúde: fundamentos e estratégias de gestão do processo de trabalho no SUS

- Determinantes Sociais da Saúde;
- Fundamentos da Promoção da Saúde;
- Política Nacional da Promoção da Saúde;
- Processo de trabalho nos SUS: olhar da Promoção da Saúde;
- Rede Integrada de Atenção à Saúde.

Módulo III: Planejamento em Promoção da Saúde no SUS

- A importância do planejamento e suas implicações no processo de trabalho em saúde para ações de promoção da saúde no SUS;
- Organização do pensamento e do processo de planejamento em



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

saúde para ações de promoção da saúde no SUS.

http://www.cead.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=125:promocao2oferta&catid=2:ultimas-informacoes&Itemid=68

Pleno define calendário de realização da 14ª Conferência Nacional de Saúde

O Grupo de Trabalho formado para definir a formatação da 14ª Conferência Nacional de Saúde apresentou nessa quinta-feira (8) suas propostas preliminares.

A necessidade de construção de estratégias que envolvam a sociedade brasileira como um todo foi um dos consensos do Pleno que apoiou integralmente a proposta de ênfase nas Conferências Municipais, o que repercutiu na definição de um calendário mais estendido para as etapas municipais e estaduais. Dessa forma, a proposta preliminar aprovada pelo Pleno do CNS ficou assim definida:

- Etapa municipal: 1º de março a 15 de julho de 2011
- Etapa estadual: 16 de julho a 31 de outubro de 2011
- Etapa nacional: 30 de novembro a 4 de dezembro de 2011

Na reunião ordinária do mês de agosto, os Conselheiros debaterão a temática da Conferência e a definição da Comissão Organizadora e Comitê Executivo.

http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2010/08_jul_14CNS.htm